Ciclo de debates da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)

13 dezembro de 2021

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional

O QUE VOCÊ PRECISA SABER

- Na quinta-feira, (9), o Ministério da Saúde, em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS), realizou o último webinar do ciclo de Debates da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), com o tema "A Política Nacional de Alimentação e Nutrição na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional".
- Os participantes destacaram os desafios da PNAN no atual cenário, em que se aumentam os problemas relacionados à fome e à insegurança alimentar.

PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO | INSTITUIÇÃO
Sandra Chaves	Professora Associada da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia
Gisele Bortolini	Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição no Ministério da Saúde
Luisete Bandeira	Consultora de nutrição da OPAS/OMS no Brasil
Elisabetta Recine	Coordenadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília
Valéria Burity	Coordenadora da Fian Brasil
Renato Maluf	Professor Titular do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RELATÓRIO

Na quinta-feira (9), o Ministério da Saúde, em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS), realizou o último webinar do ciclo de Debates da Política Nacional de

Alimentação e Nutrição (PNAN), com o tema "A Política Nacional de Alimentação e Nutrição na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional".

Sandra Chaves, professora associada da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, destacou que objetivo do evento era de celebrar a evolução da PNAN nos últimos 20 anos, em especial no âmbito do SUS. Também apresentou dados sobre insegurança alimentar. Atualmente, mais de 55% de brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar, enquanto 9% passam por situação de insegurança alimentar grave.

Luisete Bandeira, Consultora de nutrição da OPAS/OMS no Brasil tratou da evolução da PNAN e os novos desafios, especialmente considerando os aumentos de fome e pobreza. Destacou o Brasil como pioneiro na legislação sobre o tema.

Na sequência, Gisele Bortolini, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição no Ministério da Saúde, tratou das mudanças da PNAN desde a sua aprovação. Anunciou a publicação de materiais do ministério para orientação dos profissionais da atenção primária, para lidar com as situações crescentes de desnutrição e insegurança alimentar. Além disso, defendeu investimentos em pesquisas para se conhecer melhor o perfil da população e ações para implementação adequada do guia alimentar.

Elisabetta Recine, coordenadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília, realizou apresentação sobre os retrocessos e desafios da PNAN. Foi defendido o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, para assegurar a disponibilidade e acesso de alimentos, no presente e no futuro, em condições saudáveis e nutritivas. Afirmou que problemas de abastecimento são resultados da falta de sustentabilidade dentro dos sistemas alimentares.

Outro tema apresentado pela coordenadora foi a precarização da alimentação na América Latina, situação agravada pela pandemia. Elisabetta Recine afirmou que, entre 2004 e 2013, a situação da fome havia melhorado, mas tem retrocedido desde então. Apresentou também dados sore o uso do auxílio emergencial, que destacam que mais de 60% do recurso foi utilizado pelas famílias para comprar alimentos.

Valéria Burity, Coordenadora da Fian Brasil, realizou apresentação sobre a pauta de direitos humanos dentro do tema de insegurança alimentar e nutricional. Além do histórico dos direitos no tema, foi destacada a necessidade de se combater a fome e de garantir uma alimentação de qualidade. Também, a coordenadora do Fian Brasil tratou do aumento da desigualdade, com a concentração de recursos em parcela minoritária.

Renato Maluf, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, tratou da dificuldade do cenário atual, em consonância com as falas anteriores. Defendeu o incentivo à uma alimentação saudável e afirmou que o agravamento da fome é de responsabilidade das políticas públicas e da sociedade. Ademais, destacou a importância da transição para um sistema de alimentação mais sustentável, para o meio ambiente e para as pessoas, especialmente considerando o tema de mudanças climáticas. Afirmou, ainda, que a regulação privada de alimentos é responsável pela desigualdade em sua distribuição.